



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUANHÃES

CEP 39.740-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

Aprovado em 19.02.94
Sala das sessões 27/06/94
discussão
PRESIDENTE

PROJETO DE LEI Nº 015/94

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
PARA O ANO DE 1995 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Guanhanes, Estado de Minas Gerais,
aprova e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam estabelecidas, nos termos desta Lei, as
diretrizes gerais para a elaboração do Orçamento do Município de
Guanhanes, relativos ao exercício de 1995.

Art. 2º - Na Lei Orçamentária, as receitas e as despesas
serão orçadas segundo os preços vigentes em julho de 1994.

Parágrafo Único - A Lei Orçamentária observará as seguin-
tes diretrizes:

I - Corrigirá os valores do Projeto de Lei segundo a va-
riação de preços prevista para o exercício, compreendido entre os me-
ses de julho a dezembro de 1994.

II - Estimará os valores da receita e fixará os valores
da despesa de acordo com a variação de preços prevista para o exerci-
cio de 1995.

Art. 3º - Na estimativa das receitas, serão considerados:

I - As alterações da legislação tributária e os efeitos
decorrentes das modificações.

II - Os fatores que influenciam as arredações dos impos-
tos e taxas.

III - Os fatores conjunturais que possam vir a influenci-
ar a produtividade de cada fonte.

Art. 4º - Na definição de gastos Municipais, serão consi-

La



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUANHÃES

CEP 39.740-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

derados aqueles destinados à aquisição de bens e serviços para cumprimento dos objetivos do Município e solução de seus compromissos de natureza social e financeira, levando em conta:

- I - a carga de trabalho estimada para o exercício de 1995;
- II - os fatores conjunturais que possam afetar a produtividade dos gastos;
- III - a receita de serviço quando este for remunerado;
- IV - a projeção de gastos com o pessoal do serviço público Municipal, com base no Plano de Cargos e Carreiras da administração direta de ambos os poderes, da administração indireta e dos agentes políticos;
- V - a importância das obras para a população;
- VI - o patrimônio do Município, suas dívidas e encargos.

Art. 52 - As receitas Municipais serão programadas prioritariamente para atender;

- I - ao pagamento da dívida Municipal e seus serviços;
- II - ao pagamento de sentenças judiciais em cumprimento ao que dispõe o Art. 100 e parágrafos da Constituição Federal;
- III - ao pagamento de pessoal e encargos sociais;
- IV - à manutenção e desenvolvimento do ensino;
- V - à manutenção dos programas de saúde;
- VI - ao fomento à agropecuária;
- VII - aos recursos para a manutenção da atividade administrativa operacional;
- VIII - à contrapartida de programas pactuados em convênio.

Parágrafo Único - Os recursos constantes dos incisos I, II, III, e VII terão prioridade sobre qualquer outro.

Art. 62 - Na programação de investimentos da Administração Pública Municipal, direta e indireta, serão observados os seguintes princípios:



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUANHÃES

CEP 39.740-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

I - Os investimentos em fase de execução terão preferência sobre os novos projetos.

II - Não poderão ser programados novos projetos à conta de anulação de dotações destinadas aos investimentos que tenham sua viabilidade técnica, econômica e financeira comprovadas, ressalvados aqueles de caráter emergencial e, ou aqueles cujo alcance se mostre mais abrangente.

Art. 7º - Não poderão ser fixadas despesas sem que sejam definidas as fontes de recursos.

Art. 8º - Constituem as receitas do Município aquelas provenientes;

I - dos tributos e taxas de sua competência;

II - de atividades econômicas, que por conveniência, possam vir a ser executadas pelo Município;

III - de transferências, por força de mandamento constitucional ou de convênios firmados com entidades governamentais e privadas;

IV - de empréstimos e financiamentos com prazo superior ao exercício e vinculados a obras e serviços públicos;

V - de empréstimos tomados para pagamento no exercício;

VI - receitas de qualquer natureza, geradas ou arrecadadas no âmbito dos órgãos, entidades ou fundos de administração Municipal.

Art. 9º - Na fixação das despesas para o exercício de 1995, será assegurado o seguinte:

I - aplicação do mínimo de 25% da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Art. 10º - As despesas com pessoal ativo e inativo terão como limite máximo 65% (seesenta e cinco por cento) da receita corrente.

Art. 11 - A Câmara Municipal enviará ao Poder Executivo o valor da previsão do montante de suas despesas para o exercício de 1995.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUANHÃES

CEP 39.740-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

Par. 1º - A despesa com a remuneração dos Vereadores não ultrapassarão de 5% (cinco por cento) da receita do Município.

Art. 12 - Na Lei Orçamentária anual para 1995, a discriminação da receita e da despesa far-se-á consoante as exigências da Lei Federal 4.320/64 e normas complementares.

Art. 13 - As prioridades, metas e quantitativos a serem cumpridas em 1995, são as contidas no Plano Plurianual, acrescidos daqueles previstos e não cumpridos no orçamento do Município para 1994.

Par. Único - No exercício de 1995, as metas e quantitativos previstos para 1994 terão prioridade sobre os demais.

Art. 14 - O Orçamento anual poderá consignar recursos para financiar serviços incluídos nas suas funções, a serem executados por entidades de direito privado, sem fins lucrativos e reconhecidas de utilidade pública, mediante convênio e tenha demonstrado eficiência no cumprimento dos objetivos determinados.

Art. 15 - O Poder Executivo fica obrigado a arrecadar todos os tributos de sua competência, em especial a contribuição de melhoria.

Art. 16 - O Poder Executivo fica obrigado a diminuir o volume da dívida ativa inscrita, de natureza tributária e não tributária.

Art. 17 - Na Lei Orçamentária para 1995, será previsto a arrecadação de receita com operação de crédito, que não poderá ultrapassar o limite das despesas de capital, o qual deverá obter autorização legislativa específica para sua efetivação.

Art. 18 - A Lei orçamentária para 1995, conterá autorização para suplementação de dotações de ambos os poderes, da Administração Indireta e Fundos Especiais, utilizando anulações de dotações bem como o excesso de arrecadação, até o limite de 40% do total das despesas previstas.

Art. 19 - O Orçamento da administração indireta e dos



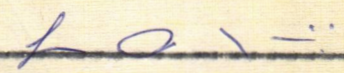
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUANHÃES

CEP 39.740-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

fundos especiais, será apresentado com todos adendos e anexos exigidos pela Lei 4.320, juntamente com o do Poder Executivo.

Art. 20 - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Guanhanes, aos 31 de maio de 1994.


Geraldo José Pereira
Prefeito Municipal

A comissão de constituição e redação, a comissão de fiscalização e a comissão de fiscalização e fiscalização